

○ PORTUGAL ENTRE OS MELHORES EXEMPLOS MUNDIAIS

Mário Lino, ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

O Governo tem vindo a concretizar um programa de modernidade para Portugal assente na criação de uma nova geração de infra-estruturas para a **Economia e Sociedade da Informação e do Conhecimento**.

Estamos a realizar uma verdadeira revolução tecnológica que é crucial para a modernização do País e que deve ser profundamente inclusiva, permitindo que todos os portugueses possam ter acesso à Sociedade da Informação e Conhecimento.

Quando o actual Governo iniciou as suas funções, perante um cenário de significativos desequilíbrios, insuficiências e atrasos no desenvolvimento neste sector de actividade, começou por desenvolver as acções necessárias para possibilitar e impulsionar um crescimento exponencial do ambiente de concorrência que então se verificava, designadamente através da aprovação do **Plano Tecnológico**, que consagra um conjunto articulado de políticas que visam estimular a criação, difusão, absorção e uso do conhecimento, como alavanca para transformar Portugal numa economia dinâmica e global, foi implementado.

Tendo consciência de que o **Sector das Comunicações** é indiscutivelmente um sector crítico em todo o processo de modernização do País, definimos prioridades fundamentais, muitas delas já concretizadas. Conseguimos a cobertura integral do território com infra-estruturas de Banda Larga. Ligámos as escolas públicas à internet com Banda Larga.

No âmbito do Plano Tecnológico, foi lançado e encontra-se absolutamente consolidado o **Programa e-escola** (que inclui os Programas **e-professor**, **e-oportunidades** e **e-escolinha**), que encerra uma política de aposta no conhecimento e na difusão do acesso à internet em Banda Larga, através da disponibilização de computadores portáteis equipados com placas móveis de acesso à Banda Larga, dirigido aos alunos do ensino básico e secundário, aos professores do ensino pré-escolar, básico e secundário e aos formandos do Programa Novas Oportunidades,

O programa está a ser um sucesso, a nível nacional e internacional – neste momento, ultrapassámos já o impressionante número de 1 milhão de computadores distribuídos no âmbito deste programa. Conseguimos que todos, independentemente do seu estatuto social e do seu nível escolar, possam ter um computador portátil com ligação à internet em Banda Larga

O Programa e-escola já foi galardoado internacionalmente e já assinamos acordos bilaterais, com outros países, destinados a exportar este programa, para efeitos de difusão e generalização do uso dos computadores e da banda larga nas escolas.

Já no domínio das **redes móveis**, todos os desafios colocados têm sido ultrapassados e Portugal está, claramente, no pelotão da frente na Europa da mobilidade, quer em termos de voz, quer de internet.

Em termos de **voz**, estamos prestes a atingir os 15 milhões de utilizadores e, em termos de internet global, atingimos os 4 milhões.

No domínio da **televisão**, além de dispormos de uma infra-estrutura única a nível europeu na área do cabo e do satélite, que serve 3 milhões de clientes, com conteúdos diversificados, que vão da informação ao desporto e ao cinema, lançámos, recentemente, a **Televisão Digital Terrestre – TDT**, que garantirá a banalização do serviço digital a todos os portugueses, estando assegurado que até ao final de 2010 toda a população terá acesso a esta nova tecnologia.

Por outro lado, temos a maior taxa de acesso directo de **operadores alternativos**, tal como assinalado no 14.º Relatório de Implementação da União Europeia. Os operadores alternativos detêm já 36,5% de quota de mercado, sensivelmente o dobro da média europeia que se encontra nos 18,6%. Este é um dos indicadores que efectivamente permitem aferir o nível de concorrência do sector. Para estes resultados em muito contribuiu a actividade desenvolvida pelo Regulador sectorial **ICP-ANACOM**.

O Regulador surge como garante do correcto funcionamento do mercado na perspectiva dos consumidores e dos cidadãos. A sua intervenção deve ocorrer onde o mercado não funciona adequadamente, e não para substituir o mercado onde este pode funcionar adequadamente.

Os grandes princípios que devem reger a acção de um Regulador são os da equidade, da eficiência e da qualidade do serviço. O Regulador deve, por isso, ser ele também avaliado por ter ou não conseguido o preço justo para o consumidor, por ter ou não conseguido a melhoria da qualidade da prestação de serviços e por ter ou não conseguido o desenvolvimento de várias opções alternativas para os serviços disponíveis.

Desta forma, uma política de encorajamento do investimento em infra-estruturas, bem como na promoção da interoperabilidade e da inovação, no respeito pela neutralidade tecnológica e por um quadro regulamentar e regulatório que proteja os interesses dos consumidores, tem necessariamente de ser implementada e prosseguida.

Ora, num sector tão dinâmico como são as comunicações electrónicas, estes investimentos comportam, necessariamente, riscos tecnológicos e comerciais, pelo que como repetidamente tenho dito, a regulação deve estimular e premiar o risco de quem investe.





A promoção do investimento para modernizar as redes e criar novas plataformas multi-serviços pressupõe estabilidade regulatória, criando as necessárias condições para investir e obter o retorno adequado dos capitais investidos.

Os resultados hoje obtidos são, de facto, o reflexo da actividade do Regulador, por um lado, e, por outro, das políticas e medidas concretas adoptadas pelo Governo, para além, evidentemente, da excelente resposta que a elas tem sido dada pelos operadores e outros agentes do sector.

Os resultados já alcançados, de que muito me orgulho, não nos devem impedir de prosseguir os esforços para continuarmos a melhorar os nossos indicadores, até porque, no patamar em que nos encontramos, temos que elevar o nosso nível de ambição de forma a consolidarmos a nossa posição entre os países mais avançados neste domínio.

Para isso, é preciso ter presente que as comunicações electrónicas são uma indústria e que sem redes não há serviços. Por isso, é necessário continuar a investir neste sector, é preciso criar novas redes, é preciso modernizar as redes existentes.

A nossa ambição é clara: transformar Portugal num país modelo, que seja um exemplo no domínio da difusão das tecnologias de informação e da comunicação, para que as populações possam beneficiar das externalidades geradas por estes investimentos ao nível da dinamização da economia, da criação de emprego e do desenvolvimento económico.

Neste sentido e procurando posicionar Portugal no pelotão da frente do sector das comunicações ao nível mundial, o Governo aprovou um programa de promoção do investimento em **Redes de Nova Geração (RNG)** como prioridade estratégica para o País, por considerar que estas redes são uma forma de garantir o acesso a produtos e serviços tecnologicamente inovadores pela generalidade dos consumidores.

As RNG não traduzem apenas uma melhoria das redes existentes, mas antes introduzem redes de um novo tipo, cruciais no actual momento para o desenvolvimento e evolução do sector das comunicações.

A definição desta prioridade é acompanhada de um plano ambicioso com vista a garantir o desenvolvimento destas infra-estruturas.

É importante assinalar que o investimento em RNG constitui a pedra angular da estratégia de modernização da economia e da sociedade portuguesas, que se enquadra na Iniciativa para o Emprego e o Investimento, aprovada pelo Governo, onde se destacam medidas tais como:

- modernização da infra-estrutura tecnológica – Redes de Banda Larga de Nova Geração;
- apoio à realização de investimentos em Redes de Banda Larga de Nova Geração, com o investimento em redes de fibra óptica;
- deduções fiscais relacionadas com os equipamentos de RNG.

Apesar de as actuais redes de banda larga já suportarem serviços com elevados débitos, contribuindo dessa forma para uma melhoria no bem-estar dos cidadãos, quer a nível social quer a nível económico, a permanente evolução de serviços e aplicações, com velocidades elevadas, tornará as redes existentes insuficientes para ir ao encontro da satisfação das necessidades dos consumidores, que pretendem mais e melhores serviços.

Desta forma, estamos a dotar o País com redes de comunicações mais avançadas, com serviços mais inovadores e em modalidades que permitem o acesso por parte das famílias e das empresas.

Estes investimentos são essenciais para garantir um sector forte, gerador de externalidades positivas, nomeadamente de investimento em sectores adjacentes (*software*, multimédia, engenharia de sistemas), bem como para combater a infoexclusão. No entanto, e apesar de todas as infra-estruturas existentes no território nacional, existem ainda zonas do País a que o mercado não chega.

Dois dos principais factores críticos para a viabilidade empresarial de projectos de investimento em redes de comunicações electrónicas são:

- a densidade populacional, que determina os custos de levar a rede às localidades;
- o rendimento *per capita*, que determina o potencial de receitas geradas pela rede.

A conjugação destes dois factores permite identificar dois tipos de regiões:

- as zonas urbanas e do litoral, em que pelo menos uma das duas variáveis é claramente favorável, sendo expectável que os mercados por si só conduzam ao desenvolvimento de RNG;

- as zonas rurais e do interior, onde nenhuma das variáveis é favorável, não sendo de todo provável que alguma vez se venham a implementar RNG sem a intervenção do Estado.

Esta realidade já gerou no passado um País a duas velocidades: as zonas em que o mercado “resolve” versus as zonas sem concorrência.

Este Governo não quer que ninguém fique para trás, particularmente num sector crítico para o desenvolvimento do País. As RNG constituem, nesse sentido, um instrumento gerador de oportunidades económicas, de formação e de desenvolvimento a que queremos que todos os portugueses tenham acesso.

Neste contexto, o Governo lançou cinco concursos internacionais para a construção, manutenção e operação de **Redes de Nova Geração em Zonas Rurais**, designadamente na Região Centro, na Região Norte, na Região do Alentejo e do Algarve, na Região Autónoma dos Açores e na Região Autónoma da Madeira. Pretendemos assim colmatar as falhas de mercado em todo o território nacional. A implementação das RNG nas zonas rurais contribuirá para a igualdade de oportunidades entre todos os cidadãos, promovendo-se decisivamente a info-inclusão e a valorização do capital humano, contribuindo, assim, para que, a prazo, possam surgir externalidades na política de desenvolvimento rural, no plano do emprego, do crescimento, da competitividade e da sustentabilidade das indústrias sediadas nestas zonas.

A promoção de condições que permitam o investimento em RNG torna-se essencial para permitir dar mais um impulso à indústria nacional das comunicações electrónicas, correspondendo, assim, à escolha de uma trajectória que coloque Portugal entre os melhores exemplos mundiais ao nível da qualidade dos serviços de comunicações prestados.

Neste contexto, a importância das novas redes e a estratégia delineada ficaria incompleta se não pensássemos na dinamização da nossa indústria.

A indústria portuguesa terá de dar os passos necessários para produzir as fibras ópticas, toda a transmissão óptica que é necessária para as redes e, também, as *TV box* e os *modems* que hoje temos em nossas casas.

Foi, por isso, igualmente anunciada uma linha de apoio financeiro no âmbito do programa Compete para apoiar a **I&D e a indústria**.

O cumprimento integral dos objectivos definidos implicará o aparecimento, em território nacional, de uma indústria capaz de satisfazer as nossas necessidades e mesmo de uma componente importante do mercado internacional.

Deveremos igualmente privilegiar o apoio ao desenvolvimento dos **serviços que deverão ser fornecidos sobre a rede**, e que deverão tirar partido da transmissão de alto débito proporcionada pelas fibras ópticas.

Procuramos, neste caso, fazer nascer e desenvolver uma indústria focada em áreas menos materiais e proporcionar ao mercado serviços avançados, com a maior brevidade possível.

As capacidades das fibras vão despoletar uma dinâmica de surgimento de aplicações e serviços que até hoje não existiam ou estavam restritos apenas à área de intervenção das grandes empresas.

O nosso objectivo é claro: que os portugueses sejam os primeiros cidadãos europeus a ter os benefícios destes investimentos e do acesso a estas tecnologias.

A nossa aposta é estabelecer em Portugal um **cluster industrial** com uma componente nacional importante e com uma participação internacional que consubstancie verdadeiras alianças multinacionais para enriquecimento das capacidades nacionais e agilização do acesso aos mercados internacionais.

Este *cluster* deverá tirar partido do avanço de Portugal, em termos de redes, surgindo como uma vantagem competitiva a nível internacional, oferecendo, nomeadamente, a *GPON on a Box* – que será uma Rede chave na mão com todas as componentes desde as fibras às tecnologias ópticas e à própria instalação e serviços avançados, que poderemos oferecer também no mercado internacional

Finalmente, com todas estas apostas, estou certo de que a economia portuguesa pós-crise será mais competitiva e sairá mais reforçada.



Seremos mais modernos, com postos de trabalho mais qualificados, colocaremos Portugal entre os melhores exemplos mundiais e não tenho dúvidas em afirmar que, fruto de todo o trabalho que realizámos, ocuparemos um lugar no pelotão da frente do Sector das Comunicações em termos internacionais, com a credibilidade de ter no nosso País um dos mercados mais avançados da Europa.

○ TELECOMUNICAÇÕES – DO MONOPÓLIO À EXPLOÇÃO DE SERVIÇOS E TECNOLOGIAS

O ICP-ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações foi criado em 1989, há precisamente 20 anos. Duas décadas de vida, em que assistiu e promoveu muitas das alterações pelas quais o sector passou, naquele que foi um dos períodos mais dinâmicos em matéria de telecomunicações. As tecnologias apareceram, desenvolveram-se e foram substituídas com enorme rapidez. Os monopólios foram caindo, dando lugar a uma multiplicidade de operadores. As empresas tiveram que se voltar mais para o mercado, puxadas por consumidores cada vez mais exigentes em termos de preços e de qualidade. Fruto desta evolução, o sector registou um forte crescimento. Os mais de nove mil milhões de euros de proveitos totais que regista actualmente (comunicações electrónicas, que representam cerca de 90% do total, e serviços postais, com o restante) pouco têm a ver com os 1.2 mil milhões de euros registados em **1989**. Crescimentos impressionantes num sector que dá um contributo relevante para a riqueza produzida no País e que hoje já representa à volta dos 4,7% do PIB. Mas essa foi a evolução vivida nos últimos 20 anos. Em **1989** não era assim. O que existe hoje não tem nada a ver com o que existia quando foi criado o então chamado ICP – Instituto das Comunicações de Portugal, organismo público que se destinava a regular e supervisionar o sector dos correios e das



Há 20 anos, o sector tinha 5 empresas, todas de capital público.

telecomunicações, incluindo uma vertente técnica (gestão e fiscalização do espectro radioeléctrico, certificações e avaliação de conformidade de equipamentos de comunicações).

De facto, enquanto hoje existem várias dezenas de operadores, em **1989** existiam em Portugal apenas cinco empresas no sector das telecomunicações, todas elas de capitais públicos: os TLP, os CTT – Correios e Telecomunicações de Portugal, a Companhia Portuguesa Rádio Marconi, a Telepac e a TMN, e estas duas últimas tinham como accionistas os CTT e os TLP.

Enquanto os TLP tinham a seu cargo a prestação de serviços de telecomunicações nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, os CTT eram responsáveis pela prestação de serviços de telecomunicações no resto do país – sector que em **1992** autonomizaram numa nova empresa chamada Telecom Portugal –, além de assegurarem a distribuição postal. O tráfego intercontinental estava a cargo da Marconi. Fora dos serviços de voz – actividade que no móvel analógico era prosseguida em consórcio pelos CTT/TLP, que daria origem à TMN – só existia o serviço de comunicação de dados.

À medida que o sector foi abrindo – a liberalização iniciou-se em **1991** – o panorama começou a mudar. No início da década de 90 deram-se os primeiros passos para abertura de outros serviços, como o móvel, a videoconferência, o videotexto e o serviço móvel de chamada de pessoas – paging; ao mesmo tempo que se preparava o arranque de outros serviços, caso dos serviços de valor acrescentado, que daria origem à Sevatel; e a publicação de listas telefónicas e exploração dos respectivos bancos de dados, numa empresa chamada Directel.

A primeira área a abrir à concorrência, em **1991**, foi a telefonia móvel terrestre – o serviço existia desde **1989**, prestado por um consórcio que reunia os operadores públicos de telecomunicações – com a atribuição de uma licença à Telecel, para explorar o serviço utilizando a tecnologia GSM.

A concorrência fez descer os preços do serviço e dos terminais, que no início chegaram a atingir 4000 euros, levando a um alargamento do mercado e à massificação do serviço. A evolução da telefonia móvel em Portugal ultrapassou todas as expectativas, constituindo mesmo um dos maiores sucessos a nível mundial, criando espaço para que viesse a surgir um terceiro operador alguns anos mais tarde, a Optimus, em **1998**.

Só para termos uma noção, em **1989** existiam três mil utilizadores de telefones móveis, contra os mais de 15 milhões que existem hoje e que colocam Portugal no top europeu das telecomunicações móveis, atrás da Grécia, Itália, Luxemburgo e Lituânia. Apesar do grande sucesso deste sector, nem tudo correu bem. Em **2000**, e dado o crescimento que se continuava a registar, o Governo resolveu atribuir mais uma licença para operar o serviço móvel, à Oniway, aproveitando a introdução da tecnologia de 3ª geração móvel, o UMTS. Mas a operação acabaria por fracassar. Os três operadores existentes no mercado, Optimus, TMN e Vodafone, recusaram-lhe sucessivamente a interligação, incumprindo decisões do ICP, o que levou a que o projecto acabasse por morrer.

Outras operações do serviço móvel também não correram bem, como o *paging*, que surgiu em simultâneo com o serviço móvel. O concurso foi em **1991** para atribuição de três licenças a nível nacional e cinco de âmbito regional, tendo sido atribuídas três novas licenças: à Finacom, Telechamada e Contactel, que assim se juntaram à Telemensagem, a primeira a entrar no mercado, ainda em monopólio.

No entanto, as operadoras tiveram dificuldades em enfrentar a concorrência dos telemóveis e poucos anos mais tarde estas operações acabaram por ser descontinuadas.

Ainda na área móvel, existiu outro negócio cujo sucesso ficou aquém das expectativas iniciais: o *trunking* ou serviço móvel com recursos partilhados. Também aqui foram atribuídas duas licenças, à Repart e à Radiomóvel, mas o negócio destas operadoras acabou por nunca preencher integralmente as expectativas.



O serviço móvel foi um dos que registou maior sucesso, tendo actualmente mais de 15 milhões de subscrições.

O serviço foi objecto de um *upgrade* da tecnologia utilizada, passando em **1999** a utilizar a tecnologia digital Tetra, mas nem isso alterou de forma significativa a situação. A Radiomóvel acabou por comprar a Repart, ambas continuam activas no mercado, mas trata-se de operações de nicho, com escassos milhares de utilizadores.

Em **1991**, foi produzida a legislação que permitia a criação de redes de distribuição de televisão por cabo, em regime de acessibilidade plena, pelo que qualquer interessado podia dirigir-se ao ICP e solicitar autorização para iniciar actividade. Apesar disso, só surgiu um projecto com cobertura nacional, a TV Cabo Portugal, detida pelo operador incumbente, cuja operação arrancou em **1992**. Outros projectos acabariam por nascer, mas de cariz regional, caso da Pluricanal, Bragatel e Cabovisão. Alguns anos mais tarde passou a ser permitido a estas entidades prestarem serviços de telecomunicações usando as suas redes.

Em meados da década de 90, o Governo decidiu fazer uma reestruturação no sector, com vista à sua privatização. Criou uma sociedade gestora de participações sociais, a CN – Comunicações Nacionais, para a qual passou todas as suas participações no sector, e procedeu a uma fusão entre os TLP, a Telecom Portugal e posteriormente integrou nesta nova entidade a Marconi, passando a ter um único operador na prestação do serviço fixo de telefone – a Portugal Telecom.

O capital desta nova empresa foi depois privatizado ao longo de cinco fases, num processo que terminou em **2000**, ano em que se iniciou a liberalização do serviço fixo de telefone. Todo o capital da PT passou a ser privado, com excepção de 500 acções com direitos especiais que continuam a ser detidas pelo Estado.

Ainda antes da abertura à concorrência do serviço fixo, o último a abrir, foi lançado em **1999** um concurso para atribuir licenças de

FWA. Houve vários candidatos e foram atribuídas as 11 licenças a concurso. No entanto, três anos depois, a cobertura e o número de estações de base instaladas eram inferiores ao previsto, além de duas das empresas licenciadas terem cessado actividade, o que levou o regulador a reanalisar todo o processo.

O objectivo era ver quem efectivamente tinha interesse nas licenças e quem tinha necessidades de espectro. Na sequência deste processo reconfiguraram-se os títulos, que foram atribuídos à Ar Telecom, Novis, Oni, Vodafone, WTS, PTC e Broadnet, e foi possível a libertação de algum espectro, destinado a voltar ao mercado em regime de acessibilidade plena.

Por fim, em **2000** arrancou a liberalização do serviço fixo de telefone. Portugal conseguiu junto de Bruxelas uma prorrogação que lhe permitia abrir este mercado cinco anos mais tarde que os outros países da União Europeia, em **2003**, mas decidiu não usar a derrogação e abriu o mercado em **2000**. Mas o processo foi lento e difícil.

O modelo de liberalização adoptado na Europa assentava na abertura da rede básica de telecomunicações detida pelo operador histórico aos seus concorrentes, mas a sua aplicação em Portugal não correu bem, gerando uma corrente de críticas que ainda hoje são referidas para explicar as dificuldades com que os operadores alternativos se debatem.

A abertura do sector suscitou muito interesse, apareceram dezenas de empresas dispostas a desenvolver actividade neste mercado, mas três ou quatro anos depois boa parte delas tinha desaparecido. Ou porque desistiram do negócio, ou porque faliram, ou porque foram compradas por algum concorrente. As telecomunicações são um sector de capital intensivo, que exige vultosos investimentos, com retorno demorado, e muitos dos projectos não tinham músculo financeiro suficiente. Esta circunstância, aliada ao défice de acesso que existia, já que as únicas redes existentes no País pertenciam à PT e que esta criava muitas dificuldades ao desenvolvimento dos novos operadores, agudizaram a situação. Com o desaparecimento de alguns operadores, o desemprego chegou ao sector, depois da euforia vivida com a bolha tecnológica.

A própria Portugal Telecom, para reduzir custos e melhorar margens, quis tornar-se mais eficiente, o que levou à supressão de milhares de postos de trabalho na área da telefonia fixa. Mesmo os novos operadores que sobreviveram, que nasceram com expectativa de um crescimento dos negócios que depois não se verificaria, tiveram que adequar as suas operações, cortando efectivos. E empresas que um ou dois anos antes tinham inflacionado os salários no sector acabaram depois por contribuir para a crise em que o sector entrou, agravada pela recessão económica que se começou a sentir em **2001**.

Para ultrapassar as dificuldades dos operadores alternativos e melhorar a situação, criando condições de concorrência mais adequadas, o ICP foi adoptando um vasto conjunto de medidas regulatórias. Desde a imposição de um conjunto de obrigações à PT, que vão desde a obrigação de não discriminação, de transparência, de orientação de preços para os custos, até à redução de preços ao nível da interligação, foram várias as medidas adoptadas pelo regulador. A PT foi ainda obrigada a lançar ofertas grossistas ao nível do aluguer de circuitos, do acesso às condutas e do acesso à desagregação do lacete local, de modo a

que as condições de acesso ao mercado por parte dos novos operadores fossem mais equilibradas; bem como ofertas grossistas de produtos e serviços que ela própria vendia no retalho. A essas medidas acrescem, entre outras, a melhoria das condições de acesso às centrais da PT, a melhoria do serviço grossista por esta prestado, com fixação de indicadores de qualidade, bem como melhoria de muitas das suas ofertas, sobretudo ao nível do lacete local, tendo ainda sido obrigada a lançar uma oferta grossista de assinatura de linha de rede.

Esta intensa actividade do regulador levou a uma melhoria da situação concorrencial vivida no mercado, como pode ser comprovado pelo crescimento acentuado do número de lacetes locais desagregados (que já ultrapassou os 300 mil), pelo número de centrais que têm operadores co-instalados – 258 no final do ano passado –, e no crescimento da quota de mercado dos operadores alternativos. Mas a evolução tecnológica continua, e com a passagem para a fibra óptica, com a criação das redes de nova geração, existe grande expectativa no mercado sobre o impacto que as mesmas terão no sector e nos seus agentes. Mas, para já, e dado que a fibra ainda está em fase de arranque, com os operadores a lançarem a construção das suas novas redes, a situação é de facto diferente da que existia em 2000. Hoje a concorrência já é uma realidade e os novos operadores já têm mais de um terço do mercado de voz fixa. De facto, a Portugal Telecom tem perdido quota de mercado e actualmente já só tem 62,3% dos clientes de acesso directo, ao mesmo tempo que reduziu para 64,5% a sua quota de tráfego em minutos e para 65,3% a sua quota em termos de chamadas.

E se no serviço fixo é assim, na Internet de banda larga vive-se ainda mais concorrência em Portugal. Desde logo porque, ao invés da voz fixa que era um negócio maduro, em que uma multiplicidade de operadores passou a disputar um mercado que não crescia, e em que uns operadores cresciam inevitavelmente à custa da quota de mercado de outros, designadamente da PT, na Internet estávamos perante um serviço novo, com potencial de crescimento.

Mais uma vez, as alterações regulatórias introduzidas foram permitindo aos novos operadores conquistarem mercado nesta área e a PT foi perdendo hegemonia. Os novos operadores foram mesmo responsáveis pelo crescimento da utilização da banda larga, já que são eles que muitas vezes angariam a maioria dos clientes que entram para este mercado.

A utilização da Internet começou a ganhar expressão à medida que as velocidades de acesso iam aumentando, e hoje já existem mais de 1,7 milhões de utilizadores de banda larga fixa.

A PT já não domina este mercado, dado que 57,2% dos clientes de banda larga pertencem aos operadores alternativos. Para este volte face contribuíram as melhorias regulatórias introduzidas, designadamente ao nível da redução de preços e das condições de operacionalização da desagregação do lacete local, mas também a cisão que a PT fez do seu negócio de televisão e Internet por cabo. Uma medida a que a PT se viu forçada, na sequência da Oferta Pública de Aquisição de que foi alvo por parte da Sonaecom em 2006 e que viria a fracassar.

Este facto empresarial acabaria por ser marcante porque levou a PT, para se proteger de uma nova investida e para por fim às críticas que lhe eram feitas, de que dificultava a vida dos seus concorrentes por ser a proprietária

das duas únicas redes de acesso que existiam em Portugal, a autonomizar este negócio e com isso a perder protagonismo no mercado de banda larga.

Hoje tem 42,8% de quota, enquanto os operadores alternativos têm 57,2%, com Zon a possuir 32,3% deste mercado.

Aliás, a Internet de banda larga (fixa e também a móvel, que tem registado enormes níveis de crescimento, dos mais elevados da Europa) e a televisão por subscrição são das áreas em que a concorrência é mais dinâmica actualmente, com a disputa de novos clientes levada a cabo pela Zon e pelo Meo da PTC. E deverá continuar a ser. Sobretudo porque a PT ganhou o concurso da plataforma de televisão digital terrestre para canais pagos – foram-lhe atribuídas as licenças para explorar os Mux B a F em Junho, e já tinha obtido a licença para o Mux A, que aloja os actuais 4 canais de sinal aberto –, o que acrescerá alguma capacidade à que já tem actualmente.

Recorde-se que em 2001 foi lançado um primeiro concurso para atribuir a exploração da plataforma de televisão digital terrestre, mas este acabaria por fracassar, com a devolução da licença por parte da PTDP, em 2003. A licença foi revogada.

A actualidade é marcada pela criação das redes de nova geração, que abrem todo um mundo de novas possibilidades em matéria de transmissão de dados e imagem a altíssimas velocidades.

A PT já iniciou a instalação de fibra óptica, bem com a Sonaecom, a Oni e a Zon, que usa a tecnologia Docsis 3.0, e todas já têm ofertas comerciais disponíveis. Para promover o arranque da fibra óptica em Portugal, criando as redes de nova geração, chegou mesmo a ser estabelecido um protocolo entre a PTC, a Sonaecom, a Oni, a Zon, e o Governo, em Maio deste ano, que visava acelerar este processo. O protocolo é aberto à entrada de outros operadores.



A banda larga móvel em Portugal regista grandes crescimentos, dos mais elevados da Europa.

Nos termos do protocolo, os operadores comprometem-se a investir cerca de 1000 milhões de euros e a antecipar, para 2009, a afectação de recursos que permitam a ligação a uma rede de fibra óptica de um milhão e meio de utilizadores.

Para que a fibra chegue a todo o lado, o Governo decidiu lançar concursos com vista à instalação das novas redes nas zonas rurais. Já foram lançados os concursos para as regiões Centro, Norte, Alentejo e Algarve, Açores e Madeira.

Por seu turno, a ANACOM já tornou pública a sua abordagem regulatória às redes de nova geração, em sentido provável de decisão. Um passo importante e muito reclamado pelo mercado, que pretendia conhecer o enquadramento regulatório das NGN antes de fazer investimentos.

○ SERVIÇOS POSTAIS A CAMINHO DA LIBERALIZAÇÃO TOTAL

A história do sector dos serviços postais, pelo menos até à liberalização, confunde-se com a própria história dos CTT – Correios de Portugal. Em 1989, quando foi criado o ICP – Instituto das Comunicações de Portugal, os CTT não eram apenas um operador postal. Tinham como parte significativa do seu negócio as telecomunicações, mais concretamente, as ligações telefónicas em todo o país, excepto nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, que estavam atribuídas aos TLP – Telefones de Lisboa e Porto, o outro operador de telecomunicações também integralmente detido pelo Estado.

Os CTT eram ainda accionistas, em conjunto com os TLP, do único operador móvel que existia em Portugal, e que mais tarde daria origem à TMN, e também em parceria estavam presentes no paging, nos serviços e valor acrescentado e nos directórios.

Nesta altura, as telecomunicações eram parte substancial da actividade e receitas dos CTT, e as responsáveis pela esmagadora maioria do investimento feito pela empresa. Esta situação só se alteraria em 1992, quando os CTT autonomizaram a sua actividade de telecomunicações numa nova empresa, a Telecom Portugal, e passaram a sociedade anónima, focando então a sua actividade no serviço postal.

Em 1989, ano da criação do ICP, a actividade postal dos CTT estava em crescimento. Parte significativa do mercado estava fechada à concorrência, o tráfego postal apresentava uma evolução muito favorável, cresceu 9 por cento em relação a 1988, sobretudo no correio acelerado, que cresceu 45 por cento, o mesmo acontecendo com os produtos financeiros postais.

Em 1990, estava em preparação o Livro Verde dos Correios, cuja abordagem incidia sobre a definição dos serviços básicos reservados, a indexação das tarifas aos custos e a obtenção de padrões de qualidade de nível europeu. Este documento comunitário viria a ser publicado dois anos depois, em Junho de 1992.

A nível do operador postal nacional, foi lançada nesse ano a imagem de marca Telecom Portugal, e preparada a criação de uma nova imagem de marca dos Correios de Portugal, já com vista à separação das duas actividades, que se consagrou em 1992.

A partir daqui os CTT dedicaram-se ao serviço postal, com uma parte da actividade dedicada à filatelia, e tendo ainda actividade na área dos serviços financeiros postais.

A rede de estações dos Correios contava com mais de mil estações e no total o número de pontos de atendimento rondava os 18 mil, incluindo também postos e pontos de venda de selos. Até 1992 os preços do serviço público de correios prestados pelos CTT eram definidos administrativamente pelo Governo. Nesta altura, estes preços começaram a ser regulados pelo ICP – Instituto de Comunicações de Portugal, passando a haver, desde 1993, uma Convenção de Preços, que a partir de 1995 incluía indicadores de qualidade de serviço que a empresa tinha que respeitar. Esta convenção era assinada

anualmente pelo ICP, pelos CTT e pela Direcção-Geral de Concorrência, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 207/92, de 2 de Outubro.

A empresa fazia esforços no sentido da melhoria da qualidade do serviço, reduzindo os tempos de entrega do correio, e a concorrência das telecomunicações nos anos seguintes foi começando a fazer-se sentir. No entanto, a este nível, o maior embate era esperado com a liberalização do sector postal, cujo arranque se daria em 1999.



Os CTT são o operador postal que assegura o serviço universal.

Dois anos antes, em 1997, foi aprovada uma directiva comunitária que instituiu regras comuns para o desenvolvimento de serviços postais e a melhoria de qualidade de serviço, tendo ficado estabelecidos o serviço postal universal e a liberalização progressiva do mercado, com a abertura à concorrência.

A transposição desta directiva para Portugal aconteceu em 1999, dando origem a um novo quadro legislativo e regulamentar, com a aprovação da Lei de Bases dos Serviços Postais, e as Bases da Concessão do Serviço Postal Universal. Este quadro consagra a liberalização gradual dos serviços postais e garante a continuidade de um serviço universal a preços acessíveis e com qualidade. O serviço universal compreende a recolha, tratamento, transporte e distribuição de correspondências postais endereçadas, incluindo o *direct mail*, até 2 Kg e encomendas postais até 20Kg, para o serviço nacional e internacional. É atribuída ao operador do serviço universal, os CTT, uma área de serviços reservados, prestados em regime de exclusivo, para garantir a viabilidade do serviço universal.



A partir de 31 de Dezembro de 2010, o mercado postal ficará totalmente liberalizado.

Apesar desta área de serviços reservados, a Lei de Bases prevê a prestação de serviços postais em regime de concorrência, através da concessão de autorizações gerais e de licenças individuais.

Com a entrada em vigor do novo quadro legal, em 1999, os CTT viriam a assinar um contrato de concessão com o Estado e os preços dos serviços passaram a ser definidos através de um convénio de preços – o primeiro foi assinado em 2001 – instrumento que era acompanhado de um convénio de níveis de qualidade de serviço que o operador postal tinha que cumprir.

Muito embora a liberalização dos serviços postais tivesse arrancado em 1999, só em 2001 os novos operadores passaram a ter de ser habilitados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 150/2001, de 7 de Maio, que estabeleceu regras para a sua actuação.

A performance do operador histórico, os CTT – Correios de Portugal, no início do processo de liberalização, era de crescimento, fruto do incremento da actividade económica e do próprio dinamismo do sector. O tráfego de correspondências crescia acima do crescimento da actividade económica, tendo-se registado a mesma tendência para o correio urgente, encomendas e outras áreas de actividade dos CTT.

Apesar do bom desempenho, os CTT foram procurando respostas para enfrentar a concorrência que se adivinhava, e avançaram no sentido da criação de novas empresas e negócios. Caso da Postlog (mais tarde CTT-Expresso), que tinha por objecto a prestação de serviços de recolha, tratamento, transporte e distribuição de documentos, mercadorias e outros envios

postais, bem como serviço na área da logística; e a Telepost, que prestava serviços no domínio dos sistemas de informação, comunicação e distribuição de mensagens.

No entanto, os efeitos do 11 de Setembro de 2001 e o desencadear da guerra no Iraque levaram a um forte abrandamento económico, a nível nacional e internacional, com impacto na actividade postal nos anos seguintes.

Aliás, esse foi o ano em que novas empresas passaram a disputar a fatia do mercado que estava liberalizada: a DHL, a TNT e Chronopost juntaram-se assim aos CTT Expresso, para actuar num dos segmentos de mercado abertos à concorrência.

À medida que novas empresas entravam para o mercado assistia-se a uma intensificação da concorrência, assente no preço, na qualidade e na inovação de produtos e serviços, com os operadores transnacionais a concentrarem-se e a operarem no mercado nacional, sobretudo ao nível do serviço *courrier*, mas também nos produtos tradicionais de correio e encomendas, assim como jornais e publicações periódicas, *direct mail* e correio publicitário não endereçado.

Com o acréscimo de concorrência, os CTT viram a sua quota de mercado, em termos de objectos na área liberalizada, cair para 93,6 por cento em 2001. Se considerarmos apenas o correio expresso, a quota do Grupo CTT era de 63,5 por cento.

Em 2002, além das empresas já referidas, entraram para o mercado a UPS, a Rangel, a SDIM e a Noticias Directo, num total de nove operadores, o que provocou uma nova redução da quota de mercado dos CTT, para 92,5 por cento; e, se atendermos apenas ao correio expresso, para 60,7 por cento.

Ao mesmo tempo que a concorrência no sector aumentava, assistia-se a um desenvolvimento dos sectores das telecomunicações e da informática que possibilitaram o aparecimento de novos serviços, como o fax, EDI e Internet, que se revelaram uma ameaça crescente ao serviço tradicional de correio. Por outro lado, o desenvolvimento das tecnologias constituiu um factor de modernização da actividade postal ao nível da oferta de serviços (correio híbrido, correio electrónico postal, comércio electrónico).



O sector dos serviços postais já conta com mais de 50 operadores.

A estas circunstâncias juntou-se em 2003 uma nova fase de liberalização do sector postal, a segunda, e a concorrência intensificou-se. Em 2003, a área reservada dos CTT passou do correio até aos 350 gramas para os 100 gramas e três vezes o preço da carta de 20 gramas de correio azul nacional e, à medida que o mercado abria, novos operadores entravam para o mercado. Em 2003, existia um total de 13 operadores a trabalhar nas áreas liberalizadas.

Nesse ano, a quota de mercado dos CTT nos serviços não enquadrados no correio expresso era de 94,1 por cento, enquanto no correio expresso os novos operadores já tinham 47,8 por cento do mercado.

A par do aprofundamento da liberalização, continuava registar-se um aumento da concorrência electrónica: a Internet expandia-se, bem como os serviços prestados em cima da rede; as pessoas passaram a usar o SMS para enviar mensagens pessoais, responder a concursos, opiniões, etc., o que até aí era feito pela via física. Os MMS e a 3ª geração móvel representavam mais uma ameaça à actividade postal.

Ao mesmo tempo, novos operadores passam a disputar o mercado aos CTT. Proliferam os pequenos e médios operadores que actuam nas áreas de menores custos e/ou maior rentabilidade e a concorrência é maior nos mercados de serviços expresso, encomendas e correio internacional. Uma situação que se acentua em 2006, ano do início da terceira e última fase de liberalização do serviço postal, que se estende até 31 de Dezembro de 2010. Nesta fase, ficam reservadas aos CTT as correspondências até aos 50 gramas, com preço 2,5 vezes a tarifa do correio azul de 20 gramas.

Fruto deste processo existem hoje mais de cinco dezenas de operadores a trabalharem nas áreas liberalizadas e os CTT têm uma quota de mercado de 41,7 por cento no correio expresso, e de 94,7 por cento nos serviços não enquadrados no correio expresso, segundo dados de Junho de 2009.

A partir de 31 de Dezembro de 2010 o mercado ficará plenamente liberalizado. Decorrente da liberalização do mercado, é de esperar que as vantagens de uma maior concorrência se possam traduzir numa melhoria do nível dos serviços, em termos de qualidade, de preços e de escolha para os clientes.

A Directiva 2008/6/CE mantém inalterado o âmbito do serviço universal e reforça a protecção do consumidor, neste último caso por exemplo através da aplicação de princípios mínimos relativos ao tratamento de reclamações a todos os operadores postais e não só aos prestadores de serviço universal, o que no caso de Portugal já estava consagrado pela legislação nacional.

Em linha com a nova Directiva, é agora também necessário determinar se o meio apropriado para garantir a disponibilização do serviço universal deverá ser a designação de um ou mais prestadores deste serviço, ou se a mesma deverá assentar nas forças do mercado ou em concurso público.

Haverá ainda que desenvolver a adaptação do quadro legislativo nacional à nova Directiva em pontos tão importantes como o financiamento do serviço universal – na eventualidade de ser necessário cobrir uma parte dos custos líquidos da sua prestação – e os direitos e obrigações dos operadores ao mercado.

○ INOVAÇÃO E NOVOS DESAFIOS

Diogo Vasconcelos, presidente da APDC

O acelerado desenvolvimento das comunicações e o papel cada vez mais crítico que estas desempenham, não só ao nível dos outros sectores da economia mas também da Administração Pública e da sociedade civil em geral, são factores que colocam enormes desafios à regulação sectorial. Um deles é seguramente o de fazer a regulação acompanhar a velocidade das transformações do mercado, o que poderá ou deverá implicar uma reinvenção do papel da regulação das comunicações, de forma a permitir-lhe dar respostas mais eficientes e adequadas às necessidades de um negócio também ele em profunda e constante mutação.

Ao ser criada em Novembro de 1989, então como Instituto das Comunicações de Portugal (ICP), a Anacom – Autoridade Nacional de Comunicações foi um dos primeiros reguladores ao nível europeu. Pelo regulador passou todo o processo de reorganização do sector empresarial do Estado nas comunicações, na década de 90, assim como a privatização da actual Portugal Telecom, que resultou dessa reestruturação. Sob a batuta do regulador, avançou-se com o processo de liberalização do mercado das comunicações português – de acordo com as regras e os timings acordados com Bruxelas, que ocorreu de uma forma gradual, até à abertura total do sector, num processo feito de equilíbrios difíceis.

Para além das funções típicas de um regulador sectorial, o estatuto da Anacom atribui-lhe funções de assessoria do Governo, “a pedido deste ou por iniciativa própria, na definição das linhas estratégicas e das políticas gerais das comunicações”. Essa competência decorre, por um lado, da inexistência na administração pública central, de um entidade com funções desse tipo e, por outro lado, da qualidade do trabalho do regulador. Na evolução institucional futura deverá porém porventura ser ponderada a separação das atribuições de regulação e de assessoria, as quais têm natureza diversas. Tal passaria ou pela criação de um órgão do tipo Direcção Geral das Comunicações ou pela atribuição dessa função a um organismo já existente na administração pública, passando a Anacom, como entidade independente que é, “a colaborar com a Assembleia da República e com o Governo na formulação das políticas e dos diplomas respeitantes ao sector” (para usar a expressão dos Estatutos da ERSE).

Para as empresas e para os consumidores, os últimos 20 anos das comunicações portuguesas representaram uma verdadeira e total revolução. Conceitos como mobilidade, largura de banda,



acesso always on, cabo, cobre, fibra, terceira geração móvel, televisão digital, convergência, triple ou multiple-play são actualmente conhecidos por todos. Hoje, é impensável viver sem comunicações ou, de uma forma mais abrangente, sem Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Delas depende a nossa forma de estar, de viver, de aprender, de trabalhar, de interagir.

A Internet, ao colocar o mundo à distância de um click, acelerou o processo de mudança desencadeado pelas TIC. Passou de um serviço de informação para uma infra-estrutura absolutamente crítica para todos os sectores da sociedade, de uma forma que há 20 anos atrás nem sequer se sonhava. E estamos apenas no início. O futuro promete mais velocidade, mais desafios, novos paradigmas com o arranque em massa das redes de nova geração. Estas redes de alta velocidade significam uma Internet simétrica e com baixa latência que abre caminho à sociedade do futuro. Terá enormes impactes nos sectores de elevado crescimento como a saúde, serviços para seniores, educação, serviços ambientais e a energia. Significam uma nova infra-estrutura para o País, e os seus efeitos sentir-se-ão durante décadas.

A história económica associa os ciclos de crescimento a novas infra-estruturas tecnológicas. As redes móveis oferecem já uma excelente largura de banda, mas o verdadeiro jogo será jogado com a fibra óptica. Ter fibra casa a casa, 100Mbps simétricos e com baixa latência é o novo padrão de comunicação ex-

pectável para as próximas décadas. Para os operadores, isto significa a possibilidade de terem uma nova arquitectura de rede, tudo baseado em IP, mais eficiência e menores custos, mais competitividade, novos serviços inovadores. Para a economia, representa uma maior competitividade, possibilidade de teletrabalho, telepresença, mais colaboração. Para os consumidores, implicará novos serviços, mais escolha, mais vida em rede, mais trabalho remoto e “on the move”, melhor acesso e produção de informação/conteúdos, nomeadamente vídeo.

As redes de nova geração constituem um desafio tecnológico e de mercado, mas também um formidável desafio de inovação social. Para que tudo se concretize, é fundamental mobilizar a capacidade empreendedora das empresas, do sector

público e do sector social. Porque usar o potencial das redes de banda larga para criar novas respostas aos grandes problemas que a sociedade enfrenta representa enorme oportunidade de inovação social. Promover a criação de conteúdos de nova geração é uma aposta em que a APDC está profundamente empenhada, tal como os players do sector e a Administração Pública.

A regulação sectorial continuará a desempenhar um papel crítico no desenvolvimento das comunicações, e agora das redes de alta velocidade, sempre no quadro das regras definidas pela União Europeia para o espaço europeu e sob coordenação e cooperação comunitária. As soluções no Novo Quadro Regulamentar vão criar uma autoridade reguladora europeia, obrigam à consulta aos demais reguladores e à CE. Pelo que a regulação terá cada vez mais que ter uma regulação feita de equilíbrios, sempre complexos, tendo em conta as especificidades do mercado interno nacional. O desafio é promover o investimento,

a inovação e a concorrência. Mas o regulador sectorial nacional tem condições únicas para se reinventar e aumentar a sua eficiência: tem uma liderança credível, prestígio para atrair talentos e capacidade financeira.

Só com a conjugação de todos os esforços, públicos e privados, é que poderemos beneficiar em pleno, como País, de todas as potencialidades que as tecnologias nos permitem. Este é, de facto, um desafio de todos. E no qual o apoio da APDC será incondicional. Sendo um

dos sectores que mais contribui para o PIB, para a modernização da economia e para a inovação, as TIC terão de se mobilizar para uma nova agenda de oportunidades. Porque só numa lógica de inovação total – nas empresas, na sociedade e nos serviços públicos – é que Portugal poderá ultrapassar a crise e entrar num período de crescimento sustentado.

Enquanto Presidente da APDC, gostava de agradecer publicamente a colaboração entre ambas as entidades e salientar o contributo inestimável que a Anacom tem dado para o desenvolvimento da sociedade da informação em Portugal.





Lisboa



Barcarena



Açores



Madeira



Porto



